



Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA

Registro de Encaminhamento e Temas - RET da 5ª Reunião

Auditório do CENAFLO, Sede do IBAMA, Brasília, 21.09.2009

Pauta

1. Aprovação do RET da 4ª reunião do COFA
2. Aprovação da Pauta
3. Temas de pauta:
 - Relato da Comissão Temporária
 - i. “Critérios de restrição de aplicação em projetos com fins lucrativos”
 - ii. “Divulgação de informações relacionadas aos projetos apresentados”
 - iii. “Priorização do estoque de projetos”
4. Informes:
 - Apresentação do texto “Pelo Apoio a Fundos Amazônicos de Pequenos Projetos pelo Fundo Amazônia” por Adriana Ramos/FBOMS
 - Nova política do BNDES para o setor da pecuária e dos novos programas florestais
5. Agendamento da próxima reunião do COFA
6. Encaminhamentos
7. Representantes presentes à reunião
8. Representantes que não compareceram
9. Especialistas, convidados e observadores



Abertura

Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo:

- Agenda da reunião;
- Pauta da reunião;
- RET da 4ª reunião do COFA;
- Resumo da Reunião da Comissão Temporária;
- Texto “Pelo Apoio a Fundos Amazônicos de Pequenos Projetos” (Adriana Ramos/FBOMS);
- Regimento Interno;
- Lista dos Membros do COFA.

O Presidente Tasso Rezende de Azevedo abriu a reunião, às 10h40min, com a presença de 16 membros (verificado o atendimento do quórum regimental), passando às apresentações dos participantes e informou a presença, a seu convite, de representantes da Accountability que realizam estudo independente sobre o significado do Fundo Amazônia.

1. Aprovação do RET da 4ª Reunião do COFA

Aprovado sem ressalvas.

2. Aprovação da Pauta

Aprovada com a ressalva de antecipar para a manhã a apresentação do Informe do BNDES: “Nova política do BNDES para o setor da pecuária e dos novos programas florestais”.

3. Tema de pauta:

3.1. Relato do trabalho da Comissão Temporária

Foi apresentado o relatório dos trabalhos da Comissão Temporária criada na 4ª reunião do COFA encarregada de discutir e encaminhar propostas sobre a definição de critérios para:

- Aplicação de recursos não-reembolsáveis em projetos com fins lucrativos (critérios e restrições);
- Divulgação de informações relacionadas aos projetos apresentados ao Fundo Amazônia;
- Priorização do estoque de projetos;



- Priorização e hierarquização de apoio aos projetos, consideradas as diversas áreas temáticas, ações e proponentes passíveis de se candidatarem ao uso dos recursos do Fundo Amazônia.

Após a apresentação do relatório da comissão (em anexo) seguiu-se um debate sobre cada um dos temas de trabalho do grupo que terminou com o encaminhamento das seguintes diretrizes:

A. Publicidade de informações relacionadas aos projetos apresentados ao Fundo Amazônia

Deve ser dada publicidade por meio da internet no site do Fundo Amazônia aos seguintes dados de todas as propostas:

- tipo de instituição (incluindo os parceiros)
- local/abrangência geográfica do projeto;
- resumo com objetivo e indicadores;
- áreas temáticas do projeto;
- valor total do projeto e financiamento solicitado;
- Nome do proponente e dos parceiros envolvidos no projeto quando forem instituições públicas.

A COFA solicitou ainda que sejam tomadas duas providências quando da publicidade de informações:

- Incluir no modelo de Carta Consulta para projetos a definição das informações que serão automaticamente publicizada pelo BNDES, quando da recepção da carta consulta.
- Revisar o parecer que conclui pela impossibilidade de publicação da identificação dos proponentes de projetos quando não forem instituições públicas, considerando que a publicação seria explicitada no próprio formulário de carta consulta e toda a experiência neste sentido com outras iniciativas na área sócio-ambiental.

B. Critérios para projetos com fins lucrativos

- Os projetos com fins lucrativos devem contar com benefícios coletivos relacionados a:
 - infraestrutura produtiva de uso coletivo;
 - estudos e levantamentos com resultados disponibilizados à coletividade;
 - treinamento e capacitação abertos à coletividade;
 - desenvolvimento tecnológico com resultados abertos à coletividade;
 - inovações replicáveis e de aplicação prática;
 - outros benefícios coletivos identificados no processo de avaliação dos projetos.



- Os projetos devem apresentar contrapartida mínima de 10 a 50% distribuída de acordo com escala e porte dos empreendedores.
- Os recursos do Fundo Amazônia não devem ser utilizados para substituir outras fontes de financiamento que o banco já dispõe para projetos com fins lucrativos.

Adicionalmente foram indicados os seguintes encaminhamentos:

- Deve ser incorporado no modelo de carta consulta um campo para a autodeclaração de benefícios coletivos do projeto.
- O BNDES deve avaliar as alternativas e apresentar proposta de como tratar dos benefícios derivados de patentes resultantes direta ou indiretamente de aplicação dos recursos do Fundo Amazônia.

C. Priorização do estoque de projetos

A Comissão Temporária fez as seguintes recomendações ao COFA:

- O valor de um único projeto não deve ultrapassar 10% do valor total disponível no Fundo Amazônia para o ano.
- O valor aplicado em cada uma das quatro linhas temáticas não deve ser menor que 10% ou maior 40% dos recursos disponíveis no ano.
- Quando o valor total dos projetos for maior que o limite disponível integral, ou por linha temática, os projetos seguirão o processo de análise e formarão um estoque classificado segundo pontuação a ser definida pelo BNDES, baseada nos critérios de prioridade definidos pelo COFA.

Adicionalmente foi indicado o seguinte encaminhamento:

- O BNDES deve estabelecer um sistema de pontuação para ranqueamento dos projetos que excederem os recursos disponíveis no total ou por linha temática, tendo como base os critérios de prioridade do COFA.



4. Informes:

4.1. Apresentação do texto “Pelo Apoio a Fundos Amazônicos de Pequenos Projetos pelo Fundo Amazônia” - Adriana Ramos/FBOMS

Considerando a dificuldade de atender às comunidades mais pobres e menores, o texto apresenta o modelo operacional de organizações locais por meio de consórcio com outras entidades locais. Consórcio com entidades maiores poderia não proporcionar a representação das necessidades dos pequenos, o que se traz sendo exemplos de modelos de pequenos projetos em consórcio com razoável sucesso.

Alega o texto que o BNDES poderia, inclusive, considerar a possibilidade dessa modalidade, o que traria tranquilidade inclusive a ele mesmo, uma vez que operaria com uma entidade âncora que teria condições de oferecer a capilaridade, a transparência e o monitoramento necessários no caso de pequenas entidades.

Encaminhamento proposto:

- BNDES deve promover seminário/reunião de trabalho para discutir a experiência de fundos de pequenos projetos e estabelecer uma estratégia para a atuação do Fundo Amazônia para atuar nesta área.

4.2. Nova política do BNDES para o setor da pecuária e dos novos programas florestais

O Sr. Marcio Macedo da Costa, Chefe do DEMAM – Departamento de Políticas e Estudos de Meio Ambiente do BNDES, fez a apresentação do tema aos presentes.

5. Agendamento da próxima reunião do COFA

O Presidente informou que a última reunião do ano deverá revisar os critérios do COFA para 2010 e sugeriu a apresentação do informe sobre as oficinas promovidas nos nove estados da Amazônia Legal sobre divulgação do Fundo Amazônia, onde ocorrerão dúvidas válidas, muita repercussão na mídia e a presença de diversas autoridades.

- Ficou acertado que a próxima reunião do COFA será agendada para a semana de 16 a 20 de novembro, em Belém.

6. Escaminhamentos Finais e Encerramento

Ao final, a reunião contou com a presença e o pronunciamento do Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Dr. Carlos Minc Baumfeld:



Esclareceu que o Fundo Amazônia está em discussão há mais de três anos para acerto de detalhes, pois é uma concepção de fundo onde os doadores não têm assento, ou seja um fundo privado. Participaram dos trabalhos a Casa Civil, o Presidente Luciano Coutinho do BNDES, houve várias sugestões para destravar o processo, até que o Presidente Lula assinou o Decreto alusivo, em primeiro de agosto de 2008, há pouco mais de um ano.

Seguiram-se debates sobre potenciais doadores além da Noruega, principal benfeitora do fundo.

O Exmo. Senhor Ministro ressaltou a importância da aprovação de projetos antes da Reunião de Copenhagen, com critério e rigor, ressalvadas as questões operacionais.

O BNDES informou que disponibilizará dados sobre os projetos no *site* e que, com certeza, os já enquadrados sairão antes da Reunião de Copenhage.

Em seguida o banco apresentou a carteira de projetos, instrumento indicador para ações de fomento e gerenciamento.

A reunião foi encerrada às 17hs.

7. Representantes presentes à reunião - Membros do COFA e seus suplentes indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades e designados pelo Presidente do BNDES conforme Art. 2º, § 1º do REGIMENTO INTERNO DO COFA.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Helinton José Rocha (suplente)

Ministério das Relações Exteriores
André Odenbreit Carvalho

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Marco Pavarino (suplente)

Ministério da Ciência e Tecnologia
Maria Luiza Brás Alves (suplente)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:
Marcos Otávio Bezerra Prates (suplente)

Ministério do Meio Ambiente:
Carlos Minc (titular)
Tasso Rezende de Azevedo (suplente)

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República:
Alberto Carlos Lourenço Pereira (titular)



Casa Civil da Presidência da República:

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello (titular)
Johaness Eck (suplente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES:

Sergio Eduardo Weguelin Vieira (suplente)

Estado do Acre:

Eufraan Ferreira do Amaral (titular)

Estado do Amapá:

Alberto Pereira Góes (titular)

Estado de Rondônia:

Cletho Muniz de Brito (titular)

Estado de Tocantins:

Stalin Beze Bucar (titular)
Raul Rodrigues de Freitas Jr. (suplente)

Confederação Nacional da Indústria – CNI:

Justiniano de Queiroz Netto (titular)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG:

Fani Mamede (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS:

Adriana Ramos (titular)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB:

Kleber Luiz Santos dos Santos

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC:

Marco Antonio Raupp (titular)

8. Representantes que não compareceram

Estado do Amazonas

Estado do Maranhão

Estado do Mato Grosso

Estado do Pará

Estado de Roraima

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNABF)



9. Especialistas, convidados e observadores (Art. 5º. do REGIMENTO INTERNO DO COFA)

Representação / Cargo	Nome
AccountAbility	Fernanda Polacow
AccountAbility	João Boffino
BNDES / Advogado DEFAM	Bernardo Von Haehling Braune
BNDES / Chefe DEFAM	Claudia Soares Costa
BNDES / Chefe DEMAM	Marcio Macedo da Costa
BNDES / Contador DEFAM	Cleber Zambarda
BNDES / Engenheiro DEFAM	Israel Blajberg
BNDES / Gerente DEFAM	Raul da Silva Andrade
SFB	Antônio Carlos Hummel
SFB	Marco Conde
SFB	Thais Juvenal